

## **A formação docente: os parâmetros curriculares nacionais para a área de ciências humanas e suas tecnologias**

*The teacher training: the national curricular parameters for the area of human sciences and their technologies*

**Augusto Russini<sup>1</sup>; Emerson Hartmann<sup>2</sup>; Rodrigo Braz Carlan<sup>2</sup>; Eliane Aparecida Galvão dos Santos<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens; <sup>2</sup>Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana; <sup>3</sup>Prof<sup>a</sup> Dra. Curso de Pedagogia e Mestrado Ensino em Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana

E-mail: [emersonhartmann@gmail.com](mailto:emersonhartmann@gmail.com)

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir sobre a formação docente a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio. A metodologia é de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica. Dessa forma, buscou-se colocar em evidência a importância de estudos e a apropriação de conhecimentos por parte dos professores e gestores sobre os PCNs e suas interfaces com as políticas educacionais atuais, uma vez que os PCNs ainda são orientadores dos currículos de Ensino Médio. Para tanto, apresenta-se uma proposta de formação docente na Área Ciências Humanas e suas Tecnologias, centrada na reflexão crítica dos PCNs como meio para a criação de novas alternativas para o enfrentamento dos desafios que são exigidos dos professores na atualidade. Portanto, defende-se a necessidade dos professores envolverem-se com mais profundidade, em estudos e pesquisas relacionados ao currículo, à inovação, ao ensino, à aprendizagem e a sua formação, para que, assim, possam conquistar maior autonomia na sua atividade docente.

**Palavras-chave:** Formação Docente. PCNs. Humanidades.

**ABSTRAT:** The purpose of this paper is to debate on teacher education via the National Curricular Parameters (NCPs) for Secondary School, from the area of Human Science and its technologies. The bibliographic methodology employed in this paper has been based on a qualitative approach. Therefore, we sought to evidence the importance of study and knowledge appropriation from teachers and school managers regarding NCPs and their interfaces with the current political educational context, considering that NCPs still guide Secondary school curriculum. Thus, a proposal of teacher training in the area of Human Science and its technologies is presented, centered on critical reflection of the NCPs as a means to create new alternatives when it comes to facing the challenges currently dealt with by teachers. Therefore, the need of involvement of teachers in studies and research, concerning curriculum, innovation, teaching, learning and their development, is strengthened, so that teachers are able to acquire greater autonomy in their practice.

**Keywords:** Teacher Education. NCPs. Humanities.

### **Introdução**

O Brasil no contexto atual<sup>2</sup> é caracterizado por indefinições políticas, sociais, econômicas e educacionais. De modo que esse cenário, no ensino, remete à proliferação de novos rumos para a

<sup>1</sup> Ao abordar o cenário político brasileiro, considera-se o período caracterizado pela instabilidade política, perpassando pelo impeachment do Presidente Dilma Rousseff, em 2016, que deflagrou operações anticorrupção, por exemplo, a Operação Lava Jato e as delações de empresários que abalaram as estruturas de apoio do Presidente da República, Michel Temer. Soma-se a esse contexto a crise econômica que provocou uma série de cortes nas políticas públicas, além de elevar os índices de desemprego no país. Informações disponíveis no site <http://brasil.elpais.com/tag/c/9ee51b56a07c53428c6e49c56b289628>. Acesso em 27 de maio de 2017.

formação e as práticas docentes. Contudo, a oportunidade de participação dos professores na construção das políticas educacionais não tem sido adequada o que gera um desestímulo ao trabalho docente, tendo em vista que o alinhamento das políticas públicas em educação e, conseqüentemente, o ensino, de acordo com Akkari (2011), são cópias de modelos externos com fortes práticas neoliberais. Os professores têm papel sutil nesse processo, sendo precárias as condições para o professor desempenhar uma função mais determinante na criação e desenvolvimento das políticas públicas educacionais.

Dessa forma, a coexistência de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), defronta-se com a Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que, em linhas gerais, atrela-se às políticas de cunho neoliberal, restringindo o ensino de disciplinas voltadas à formação crítica dos estudantes como Filosofia, Sociologia, Geografia e História e direcionando para a construção de uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em meio a essas circunstâncias, o objetivo deste artigo é refletir sobre a formação docente, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, visto que ainda não foi aprovada a BNCC e urge pensar alternativas que coloquem em evidência a necessidade de manter e fortalecer o currículo escolar voltado à formação crítica dos estudantes. Nessa perspectiva, esse texto aprofundará as questões teóricas relativas à formação de professores a partir dos estudos de Tardif (2007), Ferry (2004) e Nóvoa (1992) e Zeichner (1994), visto que este é um elemento chave para os professores conquistarem maiores espaços como protagonistas das políticas públicas. Por fim, apresentar-se-á uma proposta de formação continuada para os professores, centrada em estudos sobre os PCNs da Área das Ciências Humanas com ênfase na reflexão e na valorização das trajetórias formativas dos docentes.

Assim, o artigo metodologicamente caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e está estruturado em subtítulos: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias e concepções sobre formação docente; e Proposta de Formação Docente a partir dos PCNs de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

### **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias: concepções sobre formação docente**

Em tempos políticos conturbados, como no contexto atual brasileiro, discussões emergem nos aspectos constituintes do campo social, de modo que medidas são propostas pelo Governo Federal com a justificativa de sanar os problemas econômicos. Entretanto, organizar as contas públicas e controlar a inflação, não é apenas a resultante, mas sim, interesses do neoliberalismo<sup>3</sup> como “modernizar” o Brasil alinham políticas públicas a interesses educativos. Contudo, o que singulariza o professor em meio a esse contexto? A particularidade profissional acontece, por meio de um mecanismo específico: a formação docente, aqui entendido, de acordo com Lagar (2011, p. 1) “[...] o movimento de formar (dar forma), de constituir o professor de torná-lo profissional, dotado de saberes inerente ao desenvolvimento de sua profissão. Essa constituição docente se liga a ideia de inacabamento”, isto é, um ofício profissional que exige abertura a novas situações, a busca constante de novas formas de aperfeiçoar sua prática, bem como, para atender as exigências do público que se ressignifica a todo o instante: o estudante.

---

<sup>2</sup> Modelo econômico que possui características como: privatização de empresas públicas, disciplina fiscal, redução do gasto público, diminuição da presença do Estado na economia e desregulamentação da economia.

Entretanto, em meio à catarse da política nacional, uma publicação do site oficial da Presidência da República<sup>4</sup>, referente à Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro 2016<sup>5</sup>, institui:

implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências (p. 1).

A partir dessa Medida Provisória, a sociedade brasileira tem o informe da reforma do Ensino Médio. Nessa perspectiva, o ensino de Sociologia e de Filosofia assume, então, uma perspectiva transdisciplinar e flexibiliza o currículo, mesmo ainda contemplado pela Base Nacional Comum Curricular (Medida Provisória nº 746 de 2016). Com tal característica, em abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação<sup>6</sup>, na qual, negligencia o Ensino Médio, tendo em vista a emissão de uma resolução e posterior homologação junto ao Ministro da Educação dava início ao processo de formação de professores. Cabe ressaltar que discutir a formação de professores pautada nos PCNs, em plena implementação da BCCN, está diretamente relacionada à vigência dos PCNs na orientação dos currículos escolares atuais, os quais têm validade até o ano de 2019.

Assim sendo, entende-se a urgência de refletir a respeito da palavra *formação*, tendo em vista que, essa palavra ocupa significados polissêmicos. A formação docente consiste em um prisma institucional, na qual, localiza suas práxis nas universidades e instituições educativas. Porém, a discussão aqui está assentada na ideia de que a formação se configura em espaços/tempos de reflexões, de produção e de criação de novas alternativas para o enfrentamento dos desafios que são exigidos dos professores na atualidade e que pode acontecer nas universidades ou em outros espaços formativos. O importante é que o sujeito em formação assuma o protagonismo do seu processo formativo, buscando novas alternativas para qualificá-lo.

O vínculo do professor com os saberes não se restringe a um ofício de transmissão de conhecimentos, posto que, na sua prática profissional exige-se, um conjunto de múltiplos saberes e de diferentes relações. Dessa forma, sua existência depende das assertivas do outro diante dos saberes docentes, ou seja, o que sustenta o professor é [...] “sua capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais saberes enquanto condições para a sua prática” (TARDIF, 2007. p. 39).

Na interpretação de Tardif (2007), o saber profissional do professor consiste em uma amálgama de diferentes saberes, oriundos de diversas fontes, assim, a ação de formação apoia-se em uma dinâmica, no qual, sua resultante é a proposição de experiências no professor. Dessa forma, é importante destacar que esses saberes são apenas suportes, que possibilitam a construção de um profissional de ensino, assim, caracterizando-se como uma ferramenta, algo consumível, porém, “[...] forma parte de los soportes y condiciones de la formación, pero no es la formación” (FERRY 1996, p.53)<sup>7</sup>. O autor ressalta que a formação é um caminho percorrido, uma trajetória, um retorno discursivo ao sujeito, o qual consiste, basicamente, em ser um trabalho sobre si.

<sup>4</sup> Informações retiradas do site oficial da Presidência da República, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/11/mais-de-70-dos-brasileiros-aprovam-mudancas-no-ensino-medio>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

<sup>5</sup> Medida Provisória nº 746 de 2016. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F6290ADB4B07386C756B07241F0ABB59.pr oposicoesWebExterno1?codteor=1494234&filename=MPV+746/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F6290ADB4B07386C756B07241F0ABB59.pr oposicoesWebExterno1?codteor=1494234&filename=MPV+746/2016)>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/linha-do-tempo>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

<sup>7</sup> Tradução do autor: faz parte dos suportes e condições da formação, porém não é a formação.

Não obstante, Veiga (2010) salienta que, a formação docente é um processo que entrelaça conhecimento científico, planejamento, acompanhamento de resultados (avaliação sistemática) e inovação. Nesta lógica, a formação dos professores é um processo contínuo que estabelece sinergia entre a prática e a realidade social, e, por conseguinte configura a identidade do profissional docente.

Enquanto as incertezas legais da educação se apresentam, é de suma importância, nesse momento, recorrer aos documentos e às políticas educacionais válidas, nas quais, norteiam práticas docentes, de modo que se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio. Assim, em seu processo histórico, os PCNs apresentam um alicerce estruturante que ressalta a (BRASIL, 1988) com destaque para o Art. 205, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao declarar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (p. 56).

A partir disso, se evidencia uma educação brasileira fundamentada nos princípios democráticos, na qual, o respeito pelas múltiplas identidades culturais preconiza o acesso e a permanência de estudantes brasileiros na escola. O Art. 210 sinaliza, segundo Bezerra (2004, p. 2), “[...] a necessidade de explicitação de diretrizes nacionais para os diversos níveis de ensino”. A partir do exposto no Art. 210, Bezerra (2004, p. 2) salienta que as diretrizes nacionais para todos os níveis de ensino foram posteriormente “[...] efetivadas pelo Conselho Nacional de Educação”. Após o processo de redemocratização do Brasil, consolidado com a Constituição de 1988, elenca os principais pontos da educação em nível nacional, que levaram ao próximo passo: a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9394/96. Com base nesse contexto destaca-se a importância de uma formação reflexiva e propositiva que pode levar à conquista de maior autonomia na tomada de decisões relativas as políticas educacionais.

Não obstante, ao ressaltar os saberes constituintes da formação docente, Tardif (2007) sobreleva os saberes curriculares, tendo em vista que esses saberes são os conhecimentos relacionados à forma como as instituições educacionais operam a gestão das capacidades socialmente produzidas, às quais devem ser trabalhadas com os estudantes. Desse modo, frente aos desafios de materializar os princípios educacionais apresentados pela Constituição Federal de 1988, Cerqueira et al. (2009) elucida o que foi apresentado à Câmara Federal no mesmo ano

Um projeto fixando as diretrizes e bases nacionais frente à nova realidade da educação e da sociedade brasileira, seguindo os parâmetros da nova Carta Magna. O projeto em pauta propusera uma ampliação dos recursos para a educação pública. Para a elaboração do texto final da proposta, definiu-se em uma discussão na Câmara Federal. (p. 1)

A partir da proposta apresentada e mediante um longo período de negociações sua resultante foi o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 13 de maio de 1993. Esse projeto foi aprovado dia 17 de dezembro de 1996 com o texto final dado pela Câmara de Deputados e sancionado nos dias seguintes pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o nº 9.394/96 (CERQUEIRA et al., 2009). No entanto, a LDB 9.394/96 significou para Cerqueira et al. (2009, p. 4) “[...] a mais completa legislação em favor da educação já redigida”, contudo, esse entrelaçamento com a política neoliberal característica do governo do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a complexidade da realidade educacional brasileira a torna alvo de constantes emendas (CERQUEIRA et al. 2009).

Estabelecida a LDB 9.394/96, o Conselho Nacional de Educação, segundo Bezerra (2004) regulamenta, via LDBEN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNs), da Resolução do CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 (BRASIL, 1998)”. A partir dessas Diretrizes, que

apresentam caráter de lei e obrigatoriedade de comprimento, emanam, a partir de 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio sem, no entanto, terem a obrigatoriedade de implementação, mas com a intencionalidade de coesão e coerência nos processos educativos em nível nacional configurando nortes para o currículo (CERQUEIRA et al. 2009).

Sendo assim, os PCNs referentes ao Ensino Médio, buscam elencar competências e habilidades que possibilitem o desenvolvimento do estudante para a inserção no contexto mundial, bem como, fortalecer a democracia, a cidadania e a inclusão no mundo do trabalho. Trabalhar competências significa, a partir de Dias (2010);

[...] considerar os saberes com recursos a serem mobilizados, a trabalhar por meio de problemas, a criar e/ou (re) utilizar novas metodologias de ensino/aprendizagem, a negociar e a desenvolver projetos com os alunos.

[...] caminhar no sentido de uma maior integração disciplinar, na direção de um desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar. (p. 76)

Assim sendo, o estudante por meio de um ensino por competências constrói seus conhecimentos próprios (aprender a aprender) que se transformam em habilidades para enfrentar as situações-problema que cotidianamente o desafiam.

Nesse sentido, os PCNs (2000) estruturam-se a partir de princípios:

Definidos na LDB, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o país, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender (p. 4).

Assim sendo, de acordo com os PCNs, o ensino nesse nível contempla as seguintes áreas do conhecimento “Linguagens Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias”, tendo em vista que o currículo, em todas as suas áreas do conhecimento, busca abranger, segundo os PCNs para o Ensino Médio (2000, p. 15), a “[...] realização de atividades nos três domínios da ação humana: vida em sociedade, atividade produtiva e experiência subjetiva”.

Dessa forma, os PCNs para o Ensino Médio, contemplam diretrizes fundamentais para a Organização das Nações Unidas (ONU), também ratificando quatro eixos estruturais da educação na contemporaneidade: o aprender a conhecer (relaciona-se ao aprender a aprender como um caminho para uma educação que permita continuar aprendendo por toda a vida); o aprender a fazer (desenvolver habilidades que permitam enfrentar os novos desafios que se apresentam no mundo contemporâneo, sobretudo os relacionados ao uso das tecnologias); o aprender a viver (trata sobre aprender a conviver na sociedade, respeitando as múltiplas culturas); e o aprender a ser (desenvolver um pensamento crítico, incentivar a liberdade de pensamento e atuar com responsabilidade para a transformação social) (BRASIL, 2000).

Os PCNs de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio são constituídos pelos seguintes componentes curriculares Filosofia, História, Geografia, Sociologia. O sentido da aprendizagem nas Ciências Humanas e suas Tecnologias assume, de acordo com os PCNs (2000, p. 7) da área, uma articulação curricular onde o ensino “[...] das humanidades sejam complementares e não excludentes. Busca-se, com isso, uma síntese entre o humanismo, ciência e tecnologia, que implique a superação do paradigma positivista, referindo-se à ciência, à cultura e à história”.

É importante ressaltar que, conforme Nóvoa (1992), a formação de professores, sobreleva, a importância das práticas reflexivas frente aos múltiplos contextos educacionais. Assim,

concretizando que, favorecer um sistema educacional qualificado, aponta para um melhor desempenho de funções, bem como, a construção de novos desafios no campo docente. Dessa forma, o ensino das Ciências Humanas assume um viés de superação, bem como, de uma paralaxe dos saberes escolares antes fragmentados e desconectados da realidade. Agora, contemplam uma vasta pluralidade discursiva de modo que o ser humano assume uma posição protagonista nos seus atos, tornando o sujeito crítico com a realidade que o circunda.

Logo, na busca por um ensino de Ciências Humanas e atento às necessidades do mundo contemporâneo, as tecnologias assumem um papel de vanguarda no itinerário formativo dos estudantes do Ensino Médio. Desse modo, os PCNs da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias (2000, p. 9) precisam ser compreendidos pelos professores como um fenômeno social que permita “[...] verificar o desenvolvimento de processos tecnológicos diversos”. Para tanto, a utilização dessas novas tecnologias pelas ciências humanas, ocupa um local da reflexão sobre os impactos sociais ocorridos nas mais diversas sociedades (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, os PCNs na Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, sinalizam para um trabalho docente que valorize o conhecimento singular dos estudantes, de modo que, desenvolver competências e habilidades neles, possibilite o afloramento de sujeitos ativos frente ao processo de construção do conhecimento. Entretanto, ressalta-se, nesse percurso, a importância dos programas de formação profissional docente que permitam a esses professores atingir objetivos norteadores, tornando a escola um local prazeroso tanto para discentes como para docentes.

### **Proposta de Formação Docente, a partir dos PCNs Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio**

Nenhuma política educacional, tanto em nível internacional quanto nacional, deixará de ter em seus pilares de sustentação a formação dos professores. Existem algumas tendências internacionais, de acordo com Akkari (2011), na formação de professores, como: o aumento dos períodos de formação, a variedade dos modelos e a terceirização da formação. Tendências essas que estão alinhadas com o cenário econômico e com as políticas educacionais vigentes, nas quais, redução de custos, imbricação entre o espaço público e o privado, aumento das atribuições docentes são alguns dos aspectos observados no trabalho diário e na formação dos professores.

Assim, ao apresentar uma proposta de formação docente continuada que enfatize os PCNs de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, se deseja que os professores envolvidos não sejam apenas incluídos em mais uma ação formativa e a partir dessa recebam mais cobranças e expectativas de resultado. Ao contrário, o que se busca é uma formação que não seja algo pirotécnico, inédito ou complexo, e sim uma formação que permita a reflexão e a ação.

Portanto, o que se pretende é instigar uma formação continuada de professores que busque o conhecimento e reflexão na ação, permitindo que o ato da reflexão na prática faça parte de um professor reflexivo (ZEICHNER, 1992). A reflexão na ação para o autor

Refere-se aos processos de pensamento que se realizam no decorrer da ação, sempre que os professores têm a necessidade de reenquadrar uma situação problemática à luz da informação obtida a partir da ação, desenvolvendo experiências para conseguir respostas mais adequadas. Aqui a reflexão não serve para reformular as ações dos professores no decurso da sua intervenção profissional (p. 126).

Assim, a reflexão na ação ocorre posteriormente ao enfrentamento de uma situação-problema pelo docente, permitindo um distanciamento temporal que reverbera no desenvolvimento profissional (ZEICHNER, 1992).

Nessa lógica, o primeiro passo para a execução e a gestão do processo de uma proposta de formação é a clareza dos objetivos a serem atingidos e a participação ativa dos professores na



organização da proposta de formação. Dessa maneira, o segundo momento é proporcionar, dentro da carga horária dos docentes, o estudo e a análise dos PCNs Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio, tendo em vista que, passadas quase duas décadas, ainda é percebido, no dia a dia dos ambientes escolares, que muitos professores, atuam sem nunca terem lido o documento ou refletido e executado sua prática docente com esse suporte teórico.

Dessa forma, o terceiro passo é a eclosão de um momento de debate coletivo entre os professores envolvidos, por intermédio de um fórum, favorecendo o diálogo, a reflexão, a opinião e a dúvida. Entende-se que, nesses momentos, ocorre formação docente. De acordo com, Anastasiou (2004, p. 95), a estratégia do fórum consiste “[...] num espaço, no qual todos os membros do grupo têm oportunidade de participar do debate de um tema ou problema determinado.”

Assim sendo, o quarto passo é o momento crucial da proposta de formação, ou seja, é o instante de aprofundamento na pesquisa, tendo em vista que, nele os professores encontram a possibilidade associar o saber teórico com as vivências e experiências profissionais, as quais serão, em muitas vezes, únicas e intensamente relacionadas às suas experiências profissionais. O resultado desse processo de formação releva-se como destaque, tendo em vista que as divulgações das produções dos professores podem promover reflexões que permitam atingir o objetivo final do processo de formação: a ação. Mas não a ação pautada no empirismo, e, sim, baseada em um processo reflexivo, permitindo aos integrantes reconhecerem-se como produtores de conhecimentos. Portanto, defende-se a necessidade dos professores envolverem-se com mais profundidade, em estudos e pesquisas relacionados à escola, ao currículo, à inovação, ao ensino, à aprendizagem e a sua formação, para que, possam conquistar maior autonomia na sua atividade docente. Pois, se os professores continuarem a aguardar os esclarecimentos e diretrizes dos especialistas para saber o que fazer na sua ação docente, certamente, não avançarão na direção de atingir a autoria sobre o seu ofício docente e, em consequência, o grau de autonomia, principalmente, em relação ao Estado, será cada vez menor (CONTRERAS, 2002; SANTOS, 2013).

### **Considerações Finais**

Embora o cenário atual seja caracterizado por muitas incertezas, dúvidas e preocupações com a aprovação da nova Base Curricular Comum Nacional e as novas diretrizes do Ensino Médio, os PCNs ainda são os delineadores dos currículos escolares em todo Brasil. Dessa maneira, é válido lembrar que os PCNs foram aprovados no ano de 1999, em um contexto de reformulação da educação nacional e em alinhamento com as políticas públicas e econômicas vigentes, tendo como um de seus pilares centrais a elaboração de um currículo nacional.

Sendo assim, os pressupostos existentes nos PCNs como: democracia, cidadania, contextualização, interdisciplinaridade, criticidade, valorização dos conhecimentos dos alunos devem fazer parte dos saberes docentes, portanto têm de estarem presentes nos processos formativos dos professores.

Neste sentido processos de formação docente pautados na busca da autonomia, na valorização das experiências profissionais, na ação em busca de produção de conhecimento e com perspectivas a inserção dos alunos dentro do novo paradigma educacional são necessários e indispensáveis ante o novo cenário educacional.

Portanto, uma proposta de formação docente à luz dos PCNs busca uma formação pautada em uma participação ativa que promova, principalmente, a reflexão, valorizando as trajetórias formativas individuais e permitindo dentro do ambiente escolar a oportunidade do diálogo e a produção do conhecimento.

Desta forma a proposta de formação busca superar modelos formativos descontextualizados a realidade do ambiente escolar e principalmente permitir aos docentes aperfeiçoamento coerente com os pressupostos humanísticos necessários ao contexto educacional atual.

## Referências

ANASTASIOU, L. P. A.; ALVES, L. P. **Processos de Ensino na Universidade**: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3 reimpressões. Joinville: Editora UNIVILLE, 2004.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: Transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEZERRA, H. G.. Orientações Curriculares do Ensino Médio - História. In: **Departamento de Política do Ensino Médio – Secretaria do Ensino Básico**. (Org.). Orientações Curriculares do Ensino Médio. 1º ed. Brasília: Ministério da Educação, 2004, v. 1, p. 278-309.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso 28 de maio de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F6290ADB4B07386C756B07241F0ABB59.proposicoesWebExterno1?codteor=1494234&filename=MPV+746/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F6290ADB4B07386C756B07241F0ABB59.proposicoesWebExterno1?codteor=1494234&filename=MPV+746/2016)>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

CERQUEIRA, A. G. et al. **A Trajetória da LDB: um olhar crítico frente a realidade brasileira. 2009**. Disponível em: <[http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana\\_georgia\\_carvalho\\_cerqueira.pdf](http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira.pdf)>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

CONTRERAS, J. **Autonomia docente**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS, I. S. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v 14, nº 01, p. 73-78, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

FERRY, G. **Pedagogia de la Formación**. 1º ed. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material didático, 2004.

LAGAR, F. M. G. Concepções de formação docente. In: IV EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. UFG, 2011. Goiânia. **Anais do IV EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino: Por uma realidade complexa, que escola, que ensino?** Goiânia, 2011. Disponível em: <<http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/256-544-1-SM.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.



**A formação docente: os parâmetros curriculares nacionais para a área de ciências humanas e suas tecnologias**  
Augusto Russini; Emerson Hartmann; Rodrigo Braz Carlan; Eliane Aparecida Galvão dos Santos

NOVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote: 1992.

SANTOS. E.G. **A dinâmica de ações extensionistas na formação continuada de professores municipais de Santa Maria/RS: a tessitura de processos formativos**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, I. A. **A aventura de formar professores**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2010.

ZEICHNER, K. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90. In: NOVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote: 1992, p. 115-138.